



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento  
da Universidade Estadual de Londrina

**CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA**  
**EDITAL Nº 001/2015**  
**DATA DA PROVA: 05/07/2015**

**CARGO:**  
**ADVOGADO**  
**(NÍVEL SUPERIOR)**

**Língua Portuguesa:** Questões 1 a 10; **Conhecimentos Gerais:** Questões 11 a 16;  
**Conhecimentos Específicos:** Questões 17 a 40.

**LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA**

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 30 (trinta) minutos do início das provas.
5	Este caderno de provas contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d).
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente o fiscal.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-resposta.
10	Assine o cartão resposta no local indicado.
11	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
12	Ao término da prova, o caderno de questões e o cartão-resposta devem ser devolvidos ao fiscal da prova.

**Identificação do candidato**

Nome (em letra de forma)	Nº do Documento

Leia o texto abaixo e responda às questões de 1 a 4.

A pronúncia “u” para o “l” de fim de palavras pode ter uma íntima relação com a formação do plural e com a famosa “confusão” entre fazer o plural em “us”, como em “degraus”, ou em “is” como em “sais”. Etimologicamente, o plural em “is” ocorre em palavras que, na forma plural, resultavam num // intervocálico que posteriormente caiu; assim, passamos de sol > soles > soes > sóis. Como os falantes normalmente não conhecem os processos históricos por trás das palavras de sua língua, eles se ancoram na sua forma atual para a ela aplicarem os processos morfológicos pertinentes.

Texto adaptado de BASSO, Renato Miguel e GONÇALVES, Rodrigo Tadeu. História concisa da língua portuguesa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

**1. De acordo com o texto acima, a formação do plural está correta somente na alternativa:**

- a) pastel / pastéis e chapéu / chapéis
- b) painel / painéis e pneu / pneus
- c) coronel / coronéis e chapéu / chapéus
- d) painel / painéis e coronel / coronéis

**2. Ainda de acordo com a regra explicitada no texto, assinale a alternativa em que NÃO está correta a formação do plural:**

- a) funil / funis e carrossel / carrosséis
- b) barril / barris e matagal / matagais
- c) carnaval / carnavais e sentimental / sentimentais
- d) degrau / degrais e plural / plurais

**3. A regra contida no texto sobre a formação dos plurais em -is é válida para a maioria das palavras terminadas em -l. Todavia, há exceções, como as palavras que formam o plural em -eis ou -es. Considerando estas exceções, assinale a alternativa em que os plurais das palavras estão corretos:**

- a) mal / males e cônsul / cônsules
- b) cônsul / cônsuleses e difícil / difíceis
- c) útil / úteis e mal / mais
- d) fácil / fáceis e funil / funiles

**4. A afirmação contida nas três últimas linhas do texto revela um processo de formação e transformação linguística denominado:**

- a) metáfora
- b) analogia
- c) hipérbole
- d) eufemismo

**5. Na frase “bata à porta”, o acento grave sobre o ‘a’ denota o processo de junção da preposição ‘a’ mais o artigo ‘a’. Esse processo é denominado:**

- a) acento circunflexo
- b) acento agudo
- c) acento grave
- d) crase

**6. Assinale a alternativa em que a crase está empregada corretamente:**

- a) A secretária atendeu à clientes que chegaram antes do amanhecer.
- b) A justiça é feita à todos.
- c) Nem sempre os advogados vão às reuniões.
- d) O juiz se referiu ao réu.

**7. Analise a letra da música abaixo e assinale a alternativa correta.**

*Sigo o anúncio e vejo  
Em forma de desejo o sabonete*

*Em forma de sorvete acordo e durmo  
Na televisão  
Creme dental, saúde, vivo num sorriso o paraíso  
Quase que jogado, impulsionado no comercial  
Só tomava chá  
Quase que forçado vou tomar café  
Ligo o aparelho, vejo o Rei Pelé  
Vamos então repetir o gol  
E na rua sou mais um cosmonauta patrocinador  
Chego atrasado, perco meu amor  
Mais um anúncio sensacional  
Ponho um aditivo dentro da panela, a gasolina  
Passo na janela, na cozinha tem mais um fogão  
Tocam a campainha, mais uma pesquisa e eu respondo  
Que enlouquecendo já sou fã do comercial.*  
(ALENCAR, Edson; MATHEUS, Hélio. *Comunicação*. In: ELIS REGINA. *Em pleno verão*. LP Philips, 1970).

- a) A música fala da importância dos meios de comunicação, sem os quais as pessoas não saberiam o que precisam consumir.
- b) A expressão: “Creme dental, saúde, vivo num sorriso o paraíso” demonstra o quanto os programas de televisão e a mídia em geral podem fazer as pessoas felizes.
- c) A música é uma crítica ao apelo da mídia, que leva à prática do consumismo desnecessário.
- d) A intenção da música é somente entreter e, portanto, não serve ao pensamento crítico.

**8. Observe a frase a seguir: “Quando cheguei ao lugar combinado, ela já havia partido”. Neste período, a oração “Quando cheguei ao lugar combinado” é:**

- a) uma oração subordinada adverbial temporal.
- b) a oração principal.
- c) uma oração coordenada assindética.
- d) uma das orações do período simples.

**9. Transitividade verbal é a necessidade que alguns verbos apresentam de complemento, sem o qual não têm sentido completo. Analise a oração abaixo e assinale a alternativa correta.**

*“No meio da poesia esqueci alguns versos”.*

- a) O verbo “esqueci” é intransitivo, pois não precisa de complemento.
- b) O verbo “esqueci” é transitivo, ou seja, precisa do complemento “alguns versos”.
- c) O verbo “esqueci” é transitivo e seu complemento é “poesia”.
- d) O verbo “esqueci” é intransitivo e seu complemento é “poesia”.

**10. Analise o texto abaixo e marque a alternativa correta.**

*Dois que criaram um trio*

*O carnaval de Salvador não seria o mesmo depois de 1950. Os amigos Eduardo Peres (Dodô) e Osmar Macedo saíram à rua em um Ford Bigode 1929, com dois alto-falantes. Cada um com seu pau-elétrico, precursor da guitarra elétrica, tocavam frevos e arrastavam os primeiros foliões “atrás do trio elétrico”. Só podia ser invenção baiana: dois formaram um trio. Símbolo do carnaval baiano, a criação de Dodô e Osmar completa várias décadas e já passou a designar qualquer conjunto tocando instrumentos eletrificados em cima de um caminhão. Da velha fubica às gigantescas carretas com luzes de neon e milhares de watts de potência sonora, os dedos da eletrizante dupla estavam presentes. Construíram trios na Europa, fascinando multidões. Os filhos de Osmar, entre eles o guitarrista Armandinho, mantêm a tradição, saindo todo ano com o trio de “Armandinho, Dodô e Osmar”. Atrás deles “só não vai quem já morreu”.*

*(O melhor do almanaque Brasil de cultura popular. Curitiba: Positivo, 2004. P. 31)*

- a) O carnaval passou a ser realizado em Salvador a partir de 1950.
- b) Pau-elétrico era uma espécie de poste que alimentava o trio elétrico.
- c) Dodô e Osmar foram os inventores desta novidade: o frevo.
- d) Há 65 anos, o carnaval de Salvador passou a contar com uma forma de diversão que era uma novidade para a época. A novidade passou a ser um verdadeiro fenômeno do entretenimento em vários lugares do mundo, utilizando-se, inclusive, da tecnologia atualmente disponível.

#### **QUESTÕES 11 A 16 - CONHECIMENTOS GERAIS** \_\_\_\_\_

**11. Em fevereiro de 2013, a Igreja Católica vivenciou uma situação inusitada no processo de sucessão de sua principal liderança. Desde fins da Idade Média, todos os Papas foram eleitos após a morte de seu antecessor. Exceção a essa regra ocorreu com a:**

- a) renúncia de Pio XII e a eleição em conclave do Papa Francisco.
- b) afastamento de João Paulo II e a ascensão de Bento XVI.
- c) repentina abdicação de Bento XVI e a eleição do Papa Francisco.
- d) morte de João Paulo II e eleição do Papa Francisco.

**12. O chamado “Plano Real” foi um programa econômico adotado no Brasil em meados da década de 1990. Um de seus articuladores foi Fernando Henrique Cardoso, então Ministro da Fazenda. Assumia o cargo de Presidente da República no período:**

- a) Tancredo Neves
- b) Itamar Franco
- c) José Sarney
- d) Fernando Collor de Mello

**13. De acordo com a revista norte-americana Forbes, o homem mais rico do mundo atualmente continua sendo Bill Gates, cujo nome é mundialmente conhecido pela:**

- a) participação na criação empresa multinacional Apple.
- b) fundação da empresa de tecnologia Microsoft.
- c) liderança em um dos principais meios de comunicação da América.
- d) cooperação com a agência espacial norte-americana.

**14. Em março de 2013, faleceu Hugo Chávez, um dos principais líderes socialistas latino-americanos. Chávez foi presidente de qual dos seguintes países?**

- a) Venezuela
- b) Argentina
- c) Chile
- d) Uruguai

**15. Assinale a alternativa que melhor descreve a posição geográfica do município de Guaíra em relação ao território do Estado do Paraná.**

- a) Extremo leste.
- b) Região central.
- c) Extremo oeste.
- d) Centro-oeste.

**16. Fazem fronteira com o Estado do Paraná os seguintes países latino-americanos:**

- a) Colômbia e Venezuela
- b) Argentina e Paraguai
- c) Chile e Peru
- d) Bolívia e Uruguai

#### **QUESTÕES 17 A 40 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS** \_\_\_\_\_

**17. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é incorreto afirmar que compete aos Municípios:**

- a) complementar a legislação federal e a estadual no que couber.
- b) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
- c) prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.
- d) legislar sobre assuntos de interesse local, não competindo aos municípios, por exemplo, fixar horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

**18. A respeito dos princípios gerais da atividade econômica, é correto afirmar que:**

- a) A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: soberania nacional; propriedade privada; função social da propriedade; livre concorrência; defesa do consumidor; defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; redução das desigualdades regionais e sociais; busca do pleno emprego; proibição de tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
- b) É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.
- c) Como a ordem econômica possui como fundamento a livre iniciativa, não compete ao Estado exercer, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sob pena de inconstitucionalidade.
- d) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não podem dispensar tratamento jurídico diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte, uma vez que tal atitude representa afronta ao princípio constitucional da igualdade.

**19. De acordo com o que dispõe o Código Civil, é incorreto afirmar que:**

- a) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for divisível.
- b) Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.
- c) Não corre a prescrição pendendo condição suspensiva.
- d) A interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o co-devedor, ou seu herdeiro, não prejudica aos demais coobrigados.

**20. A respeito do contrato de fiança, previsto no Código Civil, é correto afirmar que:**

- a) O fiador demandado pelo pagamento da dívida não tem direito a exigir, até a contestação da lide, que sejam primeiro executados os bens do devedor.
- b) As obrigações nulas não são suscetíveis de fiança, ainda que a nulidade resultar apenas de incapacidade pessoal do devedor.
- c) Pode-se estipular a fiança, ainda que sem consentimento do devedor ou contra a sua vontade.
- d) O fiador pode opor ao credor as exceções que lhe forem pessoais, e as extintivas da obrigação que competem ao devedor principal, se não provierem simplesmente de incapacidade pessoal, inclusive no caso do mútuo feito a pessoa menor.

**21. Assinale a alternativa que não indica um dos requisitos da petição inicial, previstos no Código de Processo Civil de 1973.**

- a) Valor da causa.
- b) Jurisprudência dos tribunais superiores.
- c) Os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido.
- d) As provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.

**22. Assinale a alternativa correta a respeito da coisa julgada e do duplo grau de jurisdição, de acordo com as disposições do Código de Processo Civil de 1973.**

- a) A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada.
- b) A sentença que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, produzindo efeitos imediatos, não sendo necessária a confirmação da sentença pelo tribunal.
- c) Denomina-se coisa julgada material a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.
- d) Os motivos da sentença fazem coisa julgada somente quando importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.

**23. Assinale a alternativa correta de acordo com as disposições do Código Tributário Nacional:**

- a) A isenção e a anistia são formas de exclusão do crédito tributário.
- b) A obrigação principal decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- c) Como regra, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.
- d) A prescrição e a decadência não são modalidades de extinção do crédito tributário.

**24. Com relação ao controle da Administração Pública pelo Poder Judiciário é correto afirmar que:**

- a) Não é possível o controle dos atos administrativos praticados pelo Poder Executivo por parte do Poder Judiciário, em face do princípio constitucional da separação dos poderes.
- b) Pode o Poder Judiciário proceder ao controle dos atos praticados pela Administração Pública, inclusive no que diz respeito ao mérito administrativo, isto é, à conveniência e à oportunidade da prática de tais atos, substituindo o Administrador Público.
- c) Em razão do disposto no Art. 5º, inc. XXXV, da Constituição da República Federativa do Brasil, o qual prevê que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”, pode o Poder Judiciário realizar o controle de legalidade dos atos administrativos vinculados, mas nunca dos atos discricionários.
- d) O Poder Judiciário tem o poder de confrontar qualquer ato administrativo com a lei ou a Constituição e analisar se há ou não compatibilidade normativa. Esse controle, inclusive, abrange os atos discricionários no que diz respeito à legalidade (ausência de vícios de competência, finalidade, motivo, etc.).

**25. Assinale a alternativa que prevê hipótese de inexigibilidade de licitação, de acordo com a Lei 8.666/1993:**

- a) nos casos de guerra e grave perturbação à ordem.
- b) para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
- c) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- d) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.

**26. A Lei 13.015, de 21 de julho de 2014, alterou importantes artigos da Consolidação das Leis do Trabalho sobre o processamento de recursos no âmbito da Justiça do Trabalho. Sobre os recursos no Direto Processual do Trabalho, é correto afirmar que:**

- a) São cabíveis embargos, no Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de 08 (oito) dias, das decisões unânimes das Turmas que divergirem entre si ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, ou contrárias a súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
- b) São cabíveis embargos, no Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de 08 (oito) dias, das decisões não unânimes das Turmas que divergirem entre si ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, ou contrárias a súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
- c) São cabíveis embargos, no Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de 10 (dez) dias, das decisões unânimes das Turmas que divergirem entre si ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, ou contrárias a súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
- d) São cabíveis embargos, no Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de 05 (cinco) dias, das decisões não unânimes das Turmas que divergirem entre si ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, ou contrárias a súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

**27. Sobre o funcionamento e as atribuições da Câmara de Vereadores do Município de Guaira – PR é incorreto afirmar que:**

- a) Cabe a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município.
- b) Compete exclusivamente à Câmara Municipal conceder título honorífico a pessoas que tenham, reconhecidamente, prestado relevantes serviços ao Município.
- c) Compete à Câmara Municipal exercer a direção superior da administração pública municipal.
- d) Compete exclusivamente à Câmara Municipal fixar os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos 5 Vereadores e dos secretários municipais previstos na Constituição Federal.

**28. Algumas infrações político-administrativas praticadas pelo Prefeito do Município de Guaira podem resultar na cassação do seu mandato. Sobre o rito do processo de cassação, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Guaira, é correto afirmar que:**

- a) A denúncia escrita da infração somente poderá ser feita por um dos vereadores em exercício, com a exposição dos fatos e a indicação das provas.
- b) Se o denunciante for vereador, ficará impedido de votar e de integrar a comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação.
- c) Por se tratar de processo eminentemente político, não é assegurado ao prefeito denunciado o direito a defesa.
- d) O prefeito denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, não lhe sendo permitido assistir às diligências e audiências, a fim de garantir a lisura e a imparcialidade do procedimento.

**29. Carlota Joaquina avençou contrato verbal de mútuo com sua colega de trabalho, Maria Alícia, emprestando-lhe o valor de R\$ 5.000,00 em dinheiro. Ocorre que, diante do grau de amizade entre as contraentes, não houve estipulação acerca do prazo fatal para a devolução do numerário emprestado por Maria Alícia. Após vinte dias do empréstimo, Carlota Joaquina tentou reaver a quantia da colega, mas sem sucesso. Diante da hipótese explanada, assinale a alternativa correta:**

- a) O Código Civil de 2002 estabelece que, em não havendo convenção expressa acerca do prazo do contrato de mútuo, este será de, pelo menos, trinta dias, em se tratando de dinheiro.
- b) O atual Diploma Civil prevê que o prazo do mútuo não poderá exceder a noventa dias, salvo estipulação em contrário.
- c) Como não houve estipulação de prazo e o contrato foi verbal, a situação é de doação e Carlota Joaquina não poderá reaver seu dinheiro de Maria Alícia.
- d) Trata-se de mútuo feneratício, cujo prazo é de, pelo menos, sessenta dias, a contar da notificação.

**30. Juscelino, querendo se vingar de seu desafeto político, decidiu incendiar a residência de Leopoldo, situado em vizinhança com alta circulação de transeuntes. Instado a resolver o caso, o Corpo de Bombeiros atendeu prontamente a ocorrência, de modo a evitar um prejuízo maior. Porém, diante da intensidade das labaredas e da absoluta necessidade, a equipe de bombeiros teve que danificar o telhado e o muro divisório da vizinha Jocasta. A partir dessa situação hipotética, é correto afirmar que o ato praticado pelos bombeiros:**

- a) não foi ilícito, mas Jocasta deverá ser indenizada por Leopoldo, que terá direito de regresso contra Juscelino.
- b) foi ilícito, porque aos bombeiros competia socorrer as pessoas que estavam na residência em chamas e apagar o incêndio criminoso. Os danos provocados no imóvel alheio à ocorrência caracterizam-se como atos de imperícia por parte da equipe de bombeiros.
- c) não foi ilícito, mas Jocasta deverá ser indenizada por Juscelino e Leopoldo, solidariamente, pois foram os causadores do incêndio.
- d) foi ilícito, existindo responsabilidade objetiva do Estado e subjetiva-solidária de Juscelino e Leopoldo, que deverão indenizar a vítima Jocasta.

**31. Henrique foi citado para apresentar defesa em uma determinada ação de conhecimento que segue o rito ordinário. No entanto, acaba deixando fluir o prazo sem qualquer manifestação nos autos, sendo-lhe reputados verdadeiros os fatos afirmados pelo Autor em sua exordial. Com o decreto de sua revelia, Henrique:**

- a) estará excluído da relação processual e não poderá intervir no processo.
- b) poderá intervir no processo até o trânsito em julgado da sentença de primeiro grau.
- c) não poderá intervir no processo, exceto para recorrer das decisões.
- d) poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.

**32. Catarina pretende ajuizar ação de indenização por danos morais contra Letícia, porém ela desconhece o seu real paradeiro. Após incessante investigação, verificou que Letícia havia outorgado Procuração Pública a um nobre advogado da cidade, Vítor Hugo, com poderes para o foro em geral. Assim, munida de todos os documentos, Catarina contratou um causídico especializado, que prontamente formulou o pedido e pediu a citação da ré Letícia na pessoa de seu advogado Vítor Hugo. No último dia de prazo para apresentação da defesa, Letícia vem aos autos, devidamente representada pelo então Procurador, Vítor Hugo, que alegou nulidade da citação, uma vez que o profissional não tinha poderes especiais para receber citação inicial. Assinale a alternativa adequada com o atual texto do Código de Processo Civil:**

- a) A citação será declarada nula e o processo deverá ser extinto sem resolução do mérito.
- b) A citação será declarada nula e o prazo para ofertar defesa se iniciará a partir da publicação da decisão no Diário da Justiça, sendo despicienda a intimação pessoal da ré.
- c) A petição do advogado deverá ser desentranhada, porque a procuração para o foro em geral não autoriza peticionar em nome da ré sem antes de sua citação formal.
- d) A nulidade da citação deverá ser declarada e o juiz determinará a citação editalícia da ré, posto que se encontra em local incerto e não sabido.

**33. Ação Civil Pública é intentada por entidade de classe – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional do Paraná – com o intuito de proteger e impedir a demolição de determinado prédio da Cidade “X”, por se tratar de patrimônio histórico-cultural. O juiz prolatou sentença de improcedência e julga extinto o processo com resolução do mérito. Neste caso, é possível a propositura de nova ação civil pública pela mesma entidade de classe em defesa do aludido interesse difuso?**

- a) Não, em virtude da incidência dos efeitos da coisa julgada formal e material.
- b) Sim, desde que ajuizada em conjunto com o Ministério Público.
- c) Não, porque a causa não se trata de interesse social relevante.
- d) Sim, desde que a sentença de improcedência tenha sido prolatada por insuficiência de provas e que a OAB se valha de nova prova.

**34. Constitui fato gerador do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural:**

- a) a propriedade do imóvel por acessão física, desde que localizada na zona rural do Município.
- b) o domínio útil do imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do Município.
- c) a posse direta de imóvel por natureza, localizada na Zona Urbana do Município.
- d) o domínio direto do imóvel por acessão física, localizado fora da zona urbana do Município.

**35. Aprígio era servidor público estável, mas acabou sofrendo a perda do cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado. Dias depois, sua vaga passou a ser ocupada por outro servidor público estável, o Sr. Ananias. Inconformado, Aprígio buscou outras provas que corroborassem a sua inocência e, por meio delas, ajuizou a ação pertinente para invalidar aquela sentença que lhe havia retirado o cargo. Assim, obtendo êxito na ação intentada, conseguiu o desfazimento da demissão com a invalidação daquela sentença. Diante do fato hipotético, e em conformidade com a Constituição Federal, é correto afirmar que:**

- a) Aprígio não será reintegrado, mas caberá em seu favor uma indenização por danos morais diante da sentença que decidiu por sua demissão e que foi invalidada.
- b) Aprígio será reintegrado e o Sr. Ananias continuará no mesmo cargo, sendo vedada a sua recondução.
- c) Aprígio não será reintegrado porque seu cargo já está sendo ocupado por outro servidor estável, o Sr. Ananias. Neste caso, Aprígio será obrigatoriamente posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, sem direito à indenização.
- d) Aprígio será reintegrado e o Sr. Ananias, por se tratar de servidor estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

**36. De acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar que aos Municípios compete instituir:**

- a) taxas em razão do serviço público de gás canalizado, desde que prestado por ele.
- b) imposto sobre a transmissão causa mortis e as doações, de quaisquer bens ou direitos.
- c) imposto sobre a propriedade territorial rural.
- d) imposto sobre transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.

**37. Um falsário profissional conseguiu, em um determinado município, a aprovação de loteamento junto à Prefeitura, mediante a apresentação de farta documentação, tudo fruto de contrafação. Mediante apuração de denúncias, restou comprovado o vício que inquina o referido ato administrativo, que deverá ser anulado somente:**

- a) pelo Poder Judiciário.
- b) pela Administração Pública.
- c) pelo Tribunal de Contas competente.
- d) pela Administração Pública ou pelo Poder Judiciário.



**38. A Administração Pública Municipal realizou licitação para contratação de determinada empresa de engenharia civil, a fim de que houvesse a construção de uma creche em terreno anteriormente desapropriado para este fim. Porém, o engenheiro responsável pela obra constatou que o terreno tratava-se de depósito ilegal de resíduos industriais, o que tornou o solo integralmente contaminado, havendo a necessidade de inicial processo de descontaminação, cujo tratamento é de elevado custo. Diante da situação hipotética, verificado o aumento demasiado e superveniente do preço da obra em razão da necessidade de descontaminação do solo, situação esta desconhecida, até então, pelas partes contratantes, assinale a correta:**

- a) Será cabível a alteração do contrato para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, observados os requisitos legais.
- b) Haverá a rescisão contratual e a necessidade de realização de uma nova licitação para a contratação da empresa, já considerando o novo valor da obra.
- c) Será realizada uma nova licitação para contratação de pessoal especializado em descontaminação de solo urbano, podendo a empresa de Engenharia ganhadora da licitação da obra concorrer com preferência em relação às demais.
- d) Haverá a rescisão unilateral do contrato pela contratada, em razão do fato imprevisível, com a necessária restituição do valor gasto até o momento no terreno.

**39. Empregado que descumpra ordens pessoais, legais e legítimas para o desempenho de uma dada tarefa que fora determinada pelo seu superior hierárquico, incorre em justa causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador na modalidade:**

- a) incontinência de conduta.
- b) ato de indisciplina.
- c) ato de insubordinação.
- d) ato de improbidade.

**40. Reclamante apresenta Reclamação Trabalhista perante a Vara do Trabalho de Arapongas/PR, subordinada ao TRT da 9ª Região. Juntamente com a contestação a empresa reclamada apresenta exceção de incompetência em razão do lugar, argumentando que o ex-empregado prestou serviços na cidade de Rancharia/SP (subordinada ao TRT da 15ª Região) e que por esta razão, seria a comarca competente para o processamento e julgamento da reclamação proposta. O Juízo da Vara do Trabalho de Arapongas/PR acolhe a exceção de incompetência em razão do lugar, determinando a remessa dos autos a Vara do Trabalho de Rancharia/SP para o processamento e julgamento da reclamação. O advogado do reclamante, inconformado, pretende recorrer da decisão. Diante da situação hipotética:**

- a) caberá Agravo de Instrumento, no prazo de 15 dias.
- b) não caberá recurso, visto que na Justiça do Trabalho, nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato.
- c) caberá Agravo de Petição, no prazo de 08 dias.
- d) caberá Recurso Ordinário, no prazo de 08 dias.

## GABARITO

PREENCHA SUAS RESPOSTAS NO QUADRO ABAIXO E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40					